



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LETÍCIA FERREIRA CARDOSO

A AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**BELÉM/PA
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LETÍCIA FERREIRA CARDOSO

A AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como exigência para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos.

**BELÉM/PA
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

A AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Jamille Gabriela da Silva Torquato

Profa. Ma. Emmanuelle Pantoja Silva

Profa. Ma. Maria Roberta Miranda Furtado

Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos

BELÉM/PA
2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por sua orientação e cuidado até aqui. Ele tem sido um pai tão zeloso e cuidadoso, guiando meus passos para que eu chegasse até este momento. Sou totalmente grata a Ele, pois tudo é para sua honra e glória.

Agradeço a minha amada mãe, Ana Cláudia Ferreira, por ter me incentivado a continuar todas as vezes que eu pensei em desistir, por ter me amado e colocado os meus sonhos acima dos seus, sou grata por me amar tanto, e acreditar em minhas capacidades quando eu mesma não acreditava. Saiba que sempre me esforçarei para ser seu orgulho, pois eu a amo eternamente.

Não poderei deixar de agradecer à minha irmã, Larissa Cardoso, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sejam eles tristes ou felizes, sempre esteve presente para me dar um abraço ou até mesmo um puxão de orelha. Sou grata por ter uma irmã tão presente como você, e obrigada por estar comigo nesta etapa.

Sou grata a minha companheira de curso Giovanna Martins, que fez com que os fardos se tornassem mais leves durante esses anos de graduação. Compartilhamos muitas risadas, muitos choros e muitas descobertas. É sempre bom ter alguém para compartilhar os momentos, e justamente por isso você se tornou crucial para que eu chegasse até aqui. Sou grata por sua amizade, amo você.

Agradeço aos meus pastores e também sogros, Carlos Barros e Eunice Barros, que me auxiliaram bastante durante esses anos, agradeço por suas orações e incentivos para que eu continuasse a caminhada, saibam que vocês são importantes pra mim.

Sou grata especialmente ao meu amado noivo, Álvaro Barros, que durante esse período se tornou um grande alicerce em minha vida, o qual não somente me incentivou mais segurou em minha mão durante todos os momentos, dividiu todos os medos, derrotas, anseios, alegrias, conquistas e me ouviu falar da faculdade durante horas, além de ser um bom conselheiro ainda é um bom ouvinte. Saiba que você tem grande participação em minhas conquistas, te amarei sempre para sempre.

Gratidão aos meus professores do curso de Pedagogia pela sua orientação e apoio durante a elaboração deste trabalho. Em especial a minha orientadora Maély Ramos, por sua dedicação e valiosa orientação que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste estudo e por toda paciência, atenção, e amor comigo. Ademais, minha gratidão se estende a todos os professores do curso de Pedagogia que com sua expertise e paixão pelo

ensino enriqueceram minha jornada acadêmica. Suas contribuições foram de grande valia para o meu aprimoramento.

Também sou grata ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Aplicados ao Comportamento, por terem me acolhido e compartilhado diversas experiências e conhecimentos comigo.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Pará, ao Instituto de Ciências da Educação e a Faculdade de Educação pelo incentivo à pesquisa e pelas contribuições para a minha formação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 A Autorregulação da Aprendizagem na Educação Infantil	11
1.2 O Processo Histórico da Educação Infantil no Brasil	14
2 METODOLOGIA	17
2.1 Natureza da Pesquisa	17
2.2 Fontes e Participantes	18
2.3 Coleta de dados	18
2.4 Análise de Dados	19
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1 Caracterização da Participante	19
3.2 Aplicação de estratégias promotoras da autorregulação da aprendizagem na educação infantil	20
3.3 Análise de Conteúdo	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
6 ANEXOS	29
6.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	29
6.1 Roteiro	30

AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

Este estudo investigou a construção de mecanismos para promover a autorregulação da aprendizagem em crianças na educação infantil, com ênfase nas atividades mediadas pelo professor. A pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica e um levantamento de campo, com coleta de dados por meio de entrevista aberta. A participante foi uma professora com experiência na Educação Infantil, que aplicou algumas estratégias de promoção da autorregulação da aprendizagem. Os resultados mostraram que as atividades promovidas possibilitaram identificar as fragilidades e potencialidades das crianças em suas capacidades de planejar, executar e avaliar. Foi observada certa evolução na turma em relação às suas capacidades autorregulatórias. As atividades desenvolvidas com um propósito final foram identificadas como capazes de promover a autorregulação da aprendizagem, impactando positivamente o desenvolvimento das crianças na educação infantil. Este estudo contribui para a compreensão da autorregulação da aprendizagem na educação infantil, destacando sua importância e indicando possíveis direções para futuras pesquisas, como o aprofundamento em diferentes abordagens educacionais e uma abordagem multidisciplinar para compreender melhor essa habilidade.

Palavras-Chave: Autorregulação da aprendizagem. Educação infantil. Estratégias pedagógicas.

ABSTRACT

This study investigated the construction of mechanisms to promote self-regulation of learning in children in early childhood education, with an emphasis on activities mediated by the teacher. The research included a literature review and a field survey, with data collection through open interviews. The participant was a teacher with experience in early childhood education, who applied strategies to promote self-regulation of learning. The results showed that the activities promoted allowed for the identification of the strengths and weaknesses of the children in their abilities to plan, execute, and evaluate. Improvement in the class's self-regulatory capacities was observed. The activities developed with a final purpose were identified as capable of promoting self-regulation, positively impacting the development of children in early childhood education. This study contributes to the understanding of self-regulation in early childhood education, highlighting its importance and indicating possible directions for future research, such as further exploration of different educational approaches and a multidisciplinary approach to better understand this skill.

Keywords: Self-regulation of learning. Early childhood education. Pedagogical strategies.

1 INTRODUÇÃO

A Teoria Social Cognitiva (TSC), é um vasto conjunto de estudos teóricos e empíricos, desenvolvido por Albert Bandura , o qual em sua obra *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*.(1986), discorre acerca de uma estrutura teórica a fim de analisar a partir da perspectiva sociocognitiva o comportamento humano, sua motivação e pensamento, onde o mesmo afirma que, " O valor de uma teoria psicológica não é julgado apenas por seu poder explicativo e preditivo, mas por seu poder prático para promover mudanças no funcionamento humano" (Bandura, 2008,p.18).

O autor e psicólogo, parte do princípio de que os sujeitos agem sobre o ambiente, da mesma forma que o ambiente exerce influências sobre o sujeito e sobre suas ações a partir das demandas situacionais. A Teoria Social Cognitiva apresenta como seus construtos centrais, os conceitos de autorregulação e autoeficácia que são essenciais para compreender os processos e mecanismos de aprendizagem do indivíduo, isto significa, como os alunos se mantêm motivados a aprender e como aprendem (Bandura 1986, 2008).

Na visão de Bandura (1986), a autorregulação é a capacidade que as pessoas têm de monitorar, controlar e ajustar seu próprio comportamento e pensamentos. Isso envolve processos como estabelecer metas, planejar ações, acompanhar o progresso em direção a essas metas e avaliar os resultados. A autorregulação é fundamental porque permite que as pessoas sejam mais eficazes em alcançar seus objetivos e lidar com desafios.

Segundo Bandura (1986), a autorregulação está intimamente ligada à autoeficácia, ou seja, à crença que as pessoas têm em sua capacidade de realizar com sucesso determinadas tarefas ou comportamentos. Essa capacidade de autorregulação é parte essencial da teoria social cognitiva de Bandura, que destaca a interação entre fatores pessoais, comportamentais e ambientais na determinação do comportamento humano, denominada como Reciprocidade Triádica (Bandura, 1986, 1991).

A reciprocidade triádica, conforme Bandura (1986), representa a interação dinâmica entre os fatores pessoais, comportamentais e ambientais na determinação do comportamento humano. Esses três elementos estão em constante interação e influenciam uns aos outros de forma bidirecional. Os fatores pessoais incluem as cognições, como crenças e expectativas, as emoções e os aspectos biológicos individuais. Os fatores comportamentais referem-se às

ações realizadas pelos indivíduos, enquanto os fatores ambientais englobam as influências do ambiente externo, como o contexto social e as condições físicas. Sendo assim, a reciprocidade triádica sugere que esses fatores não atuam de forma isolada, mas sim em um sistema interconectado, onde as mudanças em um dos elementos podem afetar os outros dois, resultando em um processo de influência mútua e contínua no comportamento humano (Bandura, 1986).

Como dito anteriormente, a autoeficácia é um construto central na perspectiva da Teoria Social Cognitiva desenvolvida por Bandura (1991), é a crença do indivíduo em sua capacidade de organizar e executar ações referentes à realização de tarefas específicas, visando o papel mediador entre as habilidades do indivíduo, os seus desempenhos anteriores e posteriormente seus comportamentos prospectivos.

A autoeficácia, conforme definida por Bandura (1986), influencia diretamente as escolhas que as pessoas fazem, os esforços que colocam em uma atividade e sua persistência diante de desafios. Segundo Bandura (1986), a autoeficácia não se refere à habilidade real de uma pessoa, mas sim à sua crença sobre suas próprias capacidades

Sendo assim, entende-se que a autoeficácia é o mecanismo que auxilia na sustentação da autorregulação do indivíduo, pois, acredita-se que essas crenças são “julgamentos das pessoas em suas capacidades para organizar e executar cursos de ação necessários para alcançar certos tipos de desempenho” (Bandura, 1986, p. 391).

Ademais, Bandura (2008), enfatiza que quando a autoeficácia e a autorregulação são fortalecidas no indivíduo, elas se encontram conectadas por meio de um princípio de reciprocidade, no qual o aluno autorregulado, possui a capacidade de desenvolver crenças de autoeficácias fortemente alicerçadas, tendo em vista, a sua credibilidade acerca das realizações de suas tarefas. Em contrapartida, pessoas com autoeficácia elevada tendem a ser mais autorreguladas em domínios específicos. Isto indica que os construtos se retroalimentam (Bandura, 2008).

De acordo com Bandura (1991, 2008), a autorregulação é um dos principais conceitos associados à agência humana, que, conforme descrita por Bandura (1986), refere-se à capacidade dos indivíduos de agir intencionalmente e influenciar seu próprio funcionamento e circunstâncias ambientais. Essa capacidade envolve a autopercepção, a autorregulação, a

intencionalidade e a capacidade de exercer controle sobre suas ações (Bandura, 1986). Em outras palavras, a agência humana refere-se à capacidade das pessoas de agirem como agentes ativos em suas vidas, moldando seus próprios destinos e influenciando seu ambiente (Bandura, 1986, 1997).

Sendo assim, a autorregulação pode ser entendida como um processo consciente e voluntário pelo qual o sujeito controla seus próprios sentimentos, pensamentos e ações, analisando-os ciclicamente para alcançar suas metas estabelecidas. Este processo cíclico envolve três subprocessos cognitivos: a auto-observação, o processo de julgamento e a autorreação. O subprocesso de auto-observação torna possível que o sujeito esteja atento ao seu próprio desenvolvimento, considerando diversas dimensões de sua conduta (Bandura, 1991, 2008).

Ademais propicia que o mesmo realize uma autoavaliação acerca do seu comportamento, desenvolvimento e consequências resultantes desses comportamentos. Além do mais, no subprocesso de julgamento, se faz necessário realizar uma avaliação acerca das informações adquiridas na auto-observação, tendo em vista os padrões pessoais determinados pelo sujeito, assim como, o valor atribuído à tarefa, e as normas sociais. Observa-se que neste subprocesso, as relações pessoais e sociais determinadas pelo sujeito são fatores que estimulam e interagem com o processo de julgamento. E por fim, o subprocesso de autorreação permite que o sujeito possa intervir no seu processo de aprendizagem, realizando uma aplicação de consequências auto administradas com base em seu comportamento. Ademais, é um subprocesso capaz de controlar uma ação, de acordo com o efeito das respostas anteriores, sendo assim se torna possível a iniciação de novos ciclos de Auto-observação, julgamento e autorreação (Bandura, 1991, 2008).

Tendo em vista o exposto, observa-se que a autorregulação, na perspectiva da Teoria Social Cognitiva, (TSC) assume um papel de grande valia ao auxiliar na compreensão de como os sujeitos, observam, julgam e reagem acerca de seus próprios comportamentos. Pois a TSC busca demonstrar por meio de uma série de estudos, que os indivíduos não são apenas organismos reativos, mas sim, ambiciosos e proativos, pois “(...) sua capacidade de prever lhes possibilita exercer o controle antecipadamente, em vez de simplesmente reagir aos efeitos de seus esforços”. (Bandura, 2008, p. 27).

Em suma, os indivíduos são orientados e motivados mediante suas previsões de metas, e não perante as limitações retrospectivas de limitações. Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar a percepção de docente da Educação Infantil sobre suas experiências com a Autorregulação da Aprendizagem, neste nível de ensino (Bandura, 2008).

1.1 A Autorregulação da Aprendizagem na Educação Infantil

Segundo Bronson (2000), na fase inicial da vida, os indivíduos já nascem com mecanismos que auxiliam em seu desenvolvimento e adaptação ao meio. Nesse contexto, entende-se que a autorregulação se estabelece juntamente com o início da vida da criança. Com o passar do tempo e das experiências vividas, a criança se torna gradativamente mais proativa e com controle do seu mundo e espaço. Portanto, promover competências de autorregulação de aprendizagem é fundamental no processo escolar e de formação do sujeito para que ele seja condicionado à autonomia desde sua primeira infância.

A autorregulação da aprendizagem é descrita como o processo pelo qual o aluno organiza, monitora e avalia seu próprio processo de aprendizado (Zimmerman; Schunk, 2011). É definida como um processo ativo em que os alunos assumem a responsabilidade por seu próprio aprendizado, estabelecendo metas, monitorando o progresso, selecionando estratégias de estudo e ajustando o processo conforme necessário (Zimmerman; Schunk, 2011). Em resumo, a autorregulação da aprendizagem refere-se à capacidade dos alunos de serem autogerenciados em seu aprendizado.

Entende-se que a autorregulação da aprendizagem é um processo que abrange a ativação e a manutenção dos elementos cognitivos, motivacionais e comportamentais dos alunos, os quais são ajustados ciclicamente para que alcancem seus objetivos escolares e pessoais. Por meio desse constructo, é possível compreender as diferenças individuais de aprendizagem, pois considera o papel ativo do aluno e o papel predominante do meio. Ao destacar o papel do aluno como agente, observa-se que ele deve desenvolver processos cognitivos, metacognitivos e motivacionais em suas aprendizagens. Além disso, o meio, ao exercer seu papel, deve proporcionar oportunidades que auxiliem no desenvolvimento das competências necessárias por meio dos ambientes de aprendizagem (Zimmerman, 2013).

A aprendizagem autorregulada é um tema que tem gerado diversas pesquisas e investigações, demonstrando resultados positivos em relação aos processos essenciais, como o uso de estratégias, autoavaliação e auto supervisão, os quais desempenham um papel importante no desempenho acadêmico do aluno. Segundo Zimmerman (2013), a aprendizagem é um processo aberto, dinâmico e independente que exige, por parte da criança, o desenvolvimento de uma atividade cíclica. Ao enfrentar tarefas, o indivíduo aplica estratégias, observa suas realizações e compreende os resultados de modo autônomo e focado. O desenvolvimento da autorregulação decorre gradualmente em um contínuo mediante uma grande dependência de apoio social, o qual pode passar a ser reduzido sistematicamente. Esse apoio inclui os quatro níveis: modelação, emulação, autocontrole e autorregulação.

No primeiro nível, a modelação, destaca-se a observação de modelos que podem ser os pais, amigos, professores, entre outros, que demonstram utilizar e praticar estratégias de autorregulação em seu cotidiano. Ao observar pessoas significativas em seu contexto expressando atitudes como metas, persistência e motivação, o indivíduo é estimulado positivamente no cumprimento de suas tarefas e em sua motivação, condicionando os elementos para a aprendizagem autorregulada. O segundo nível corresponde à emulação, que entende que o sujeito não aprende somente pela observação, mas também pela prática. A observação dos modelos anteriores, a motivação e as orientações são desenvolvidas de acordo com o desempenho do indivíduo. O terceiro nível é o autocontrole, no qual o indivíduo identifica suas estratégias e desempenhos, se auto reforçando ao aplicar essa ação. Por fim, o quarto e último nível é o autorregulado, no qual a ação do indivíduo é independente do modelo desenvolvido anteriormente, sendo capaz de se adaptar às exigências de forma autônoma (Zimmerman, 2013).

Em entrevista para a Bembenutty (2008), Zimmerman relata que em meados dos anos 2000, buscou formular um modelo de aprendizagem autorregulada que envolvia os três elementos existentes no modelo de autorregulação de Bandura. A partir disso, acrescentou variáveis acerca da aprendizagem. O autor descreve que em sua formulação, as fases desenvolvidas buscam considerar os eventos correspondentes ao antes, durante e depois da tarefa. Dessa forma, o ciclo de aprendizagem regulada possui três fases: a fase prévia-antevisão, fase de execução e fase de autorreflexão.

Na fase prévia-antevisão, ao analisar uma tarefa e o modo como desejam realizá-la, o sujeito desenvolve estratégias que os conduzam do projeto ao real. Na fase de execução, o controle volitivo é identificado pela concretização do planejamento desenvolvido na fase anterior. O indivíduo faz uso das estratégias de aprendizagem, observações e monitoramento. Observa-se que esta fase exige que a pessoa consiga gerir diversos fatores. Por fim, na fase de autorreflexão, o indivíduo faz uma avaliação acerca de seus planejamentos e execuções, analisando se alcançou sua meta de forma satisfatória ou não.

Fundamentado no modelo de Zimmerman, preocupado com a intervenção, foi desenvolvido o modelo PLEA (Planejamento, Execução e Avaliação), proposto por Rosário (2004), é uma abordagem que visa compreender e promover a autorregulação da aprendizagem. Esse modelo é fundamentado em três fases principais: Planejamento, Execução e Avaliação.

Na fase de Planejamento, os alunos estabelecem metas de aprendizagem, selecionam estratégias e recursos adequados para atingir essas metas e formulam um plano de ação. Em seguida, na fase de Execução, os alunos implementam o plano elaborado na fase de planejamento, monitorando o progresso em direção às metas estabelecidas, ajustando estratégias conforme necessário e persistindo diante de desafios. Por fim, na fase de Avaliação, os alunos avaliam o seu desempenho em relação às metas estabelecidas, refletindo sobre o que foi aprendido, identificando pontos fortes e áreas para melhoria e planejando ações futuras com base nessa avaliação. (Rosário, 2004)

O modelo PLEA enfatiza a importância da autorregulação da aprendizagem como um processo dinâmico e cíclico, no qual os alunos são ativos na sua própria aprendizagem, assumindo a responsabilidade pelo seu progresso e desenvolvimento. Essa abordagem tem sido aplicada em diversos contextos educacionais para ajudar os alunos a desenvolver habilidades de autorregulação e melhorar seu desempenho acadêmico. (Rosário, 2004; Rosário et al, 2006).

Segundo Zimmerman (2013), a autorregulação pode ser entendida como cíclica, pois as respostas e avaliações sobre os estímulos e desempenho anteriores podem ser usados para realizar ajustes em tarefas atuais, tendo em vista a possibilidade de um aprimoramento contínuo, visando novas metas e desafios elevados. Desde modo, ao fazer uso do constructo de aprendizagem como referencial para o ensino aprendizagem, requer uma gama de

conhecimentos, estratégias, técnicas e motivos que condicionem a criança a exercer um papel ativo e autônomo em seu processo educativo. Ademais, se faz necessário propiciar ao docente a promoção desses subprocessos no processo autorregulatório, tendo em vista o desenvolvimento de um aluno com maior autonomia e responsabilidade acerca de seu processo de aprendizagem no contexto educativo.

Sendo assim, é de fundamental importância que o docente detenha o conceito de autorregulação da aprendizagem, tendo em vista, a introdução das crianças no processo de autorregulação de suas aprendizagens. De acordo com Zimmerman e Barry (1997), todos os estudantes, os quais tiverem a oportunidade de serem sujeitos a promoção da autorregulação de sua aprendizagem, se encontram mais aptos a desempenhar responsabilidades pelo seu progresso acadêmico, pois os processos apresentados pela autorregulação são essenciais para proporcionar aos estudantes competências e instruções e estratégias duradouras.

1.2 O Processo Histórico da Educação Infantil no Brasil

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, voltada para crianças de 0 a 5 anos de idade. Seu objetivo principal é promover o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo os aspectos físico, social, emocional, cognitivo e motor. Além disso, a educação infantil busca estimular as explorações, descobertas e a experimentação (Brasil, 1996).

A educação infantil é um direito da criança, assegurado pelo Estado, na qual deve-se disponibilizar espaço e profissionais adequados para atendê-las, no entanto, por muito tempo a educação infantil não era considerada importante no processo de formação do indivíduo, tão pouco havia políticas públicas que assegurassem o direito a vagas e permanências em instituições de ensino infantil (Oliveira, 2005)

De acordo com Oliveira (2005), as primeiras instituições de ensino infantil surgiram em meados de 1908 em Belo Horizonte, e em 1909 no Rio de Janeiro, no entanto em 1920 a 1930, foram criadas instituições de ensino infantil, a fim de cuidar de crianças pequenas, pois suas mães precisavam se inserir ao mercado de trabalho. Nota-se que neste período, a educação era responsabilidade da família, em especial gerenciada pela figura materna. Este novo cenário e configuração social, surge em decorrência da urbanização e industrialização do país, sendo assim, observa-se diversas mudanças em seus cenários estruturais e

comportamentais visando o desenvolvimento urbano e as industrializações, tendo em vista assemelhar-se aos países considerados desenvolvidos naquele período (Oliveira, 2005).

Com o surgimento das recentes instituições como: creches e pré-escolas no Brasil as quais adotavam os modelos de educação europeu e norte americano, Oliveira (2005), salienta que os métodos utilizados se baseiam na concepção assistencialista de ensino, uma vez que não objetivavam o combate à pobreza, e muito menos diminuir as desigualdades sociais existentes, mas tinham o intuito de que as famílias as quais precisassem da determinada assistência aceitassem a exploração social sem questionamentos.

A vista de manifestações e mobilizações sociais acerca do aumento de vagas em instituições de ensino, em 1988 é promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que além de reiterar a educação enquanto direito de todos os indivíduos e dever do Estado e da família, em seu artigo 205, expõe que "será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988). Ademais, de acordo com o art. 208, inciso IV, o atendimento em creche e pré- escola às crianças de 0 a 6 anos de idade será responsabilidade do Estado.

Segundo Oliveira (2005), apesar do desenvolvimento de medidas asseguradas por lei, nota-se que as problemáticas relacionadas de vagas e permanências na educação infantil se encontravam em segundo plano dentro dos projetos de políticas públicas. Contudo, vê-se o Código de Menores de 1927 como a primeira lei dedicada à proteção da infância e da adolescência, sendo vista como uma lei higienista que visava a ordem social e tinha como objetivo estabelecer a vigilância pública. Em seguimento ao Código de 1927, foi criado o Código Penal de 1979, o qual frisava a proteção aos menores que viviam em situação "irregular", como desvio de conduta, em estado de abandono, e outros.

Mais adiante, é instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que tem como principal objetivo a proteção integral da criança e do adolescente. Nota-se que, diferentemente das leis anteriores que tinham um cunho moral e higienista, essa lei visava integrar a população infanto-juvenil como cidadãos de direitos em sociedade, estabelecendo garantias processuais que assegurassem perante a lei proteção e direitos especiais a todos os menores de 18 anos (Oliveira, 2005).

Em 20 de dezembro de 1996, foram criadas as leis de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), A Lei nº 9.394/96, norteadas pelo artigo 29 da Constituição de 1988, declara sobre a Educação Infantil que tal nível educacional apresenta como finalidade principal o "desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (Brasil, 1996, P. 12). Segundo a LDB (1996), por meio desta nova lei, a educação infantil passa a ser entendida como uma das etapas da educação básica, o qual visa o desenvolvimento integral da criança, elencando a família e a comunidade como fator essencial em seu processo de formação.

O surgimento das bases curriculares em prol do desenvolvimento e aprendizagem de crianças de 0 a 6 anos, passa a abranger os princípios, como, "(...) afeto, interação, estimulação, segurança e brincadeiras que possibilitem a exploração e a descoberta" (Brasil, 1998, p. 17). No entanto, segundo a emenda constitucional 53, de dezembro de 2006, a primeira etapa educação infantil, em creches e pré-escolas abrange crianças de 0 a 5 anos de idade. Observa-se que por meio desta emenda constitucional, o ensino e a matrícula tornam-se obrigatórios dos 4 aos 17 anos de idade. Sendo assim, percebe-se que tais princípios saem dos cunhos assistencialistas que visavam apenas o cuidado, alimentação e condições de sobrevivência das crianças.

Mediante o exposto, entende-se que a educação infantil possui um papel determinante no desenvolvimento primário, haja vista os métodos e práticas condicionadas ao aluno, tendem a refletir posteriormente em suas aprendizagens futuras. Sendo assim, se faz necessário que a educação infantil vise garantir a integralidade da criança, proporcionando espaços em que essas crianças por meio disso, possam ser capazes de socializar, interagir e brincar. De acordo com Kishimoto (1994), na educação infantil, os jogos e o brincar são de extrema importância para o desenvolvimento, social, cognitivo e imaginário da criança, pois é dessa forma que eles conseguem significar e ressignificar o mundo, sendo assim, o lúdico é considerado um meio de comunicação, pois trabalha a imaginação, e estimula a criatividade e espontaneidade, auxiliando na aprendizagem significativa.

Como visto, o lúdico refere-se a atividades prazerosas realizadas pela criança onde a mesma além de se divertir aprende simultaneamente. Desse modo, as práticas pedagógicas na educação infantil, nos remete ao ato de educar e de cuidar, aprimorando as aprendizagens

significativas para as crianças, favorecendo suas imaginações, criatividade e afetividade, visando a compreensão de mundo e de conflitos (Kishimoto, 1994).

Segundo Rosário, *et al.* (2007), a ideia da autorregulação enfatiza o aspecto processual da educação. Ela destaca a importância de não apenas abordar os conteúdos específicos das várias disciplinas ao trabalhar com crianças, mas também de desenvolver estratégias de aprendizagem que as capacitem a desempenhar um papel ativo e independente em sua própria jornada de aprendizado, encorajando a pesquisa, o questionamento, a leitura e a resolução de problemas. Observa-se que essa abordagem promove a autonomia e propõe um modelo de aprendizado exigente, colocando as crianças no centro de sua própria educação, permitindo que assumam o controle de seu processo de aprendizagem.

Rosário, *et al.* (2007), reforçam que a ideia de aprendizagem envolve a capacidade de perceber o mundo de maneira diferente, compreendendo de maneira cada vez mais profunda os seus os " quês" e 'porquês'. Dessa forma, aprender se torna um desafio, e é por isso que as crianças precisam adquirir habilidades amplas que os auxiliem a enfrentar essa jornada com confiança, e quanto mais cedo melhor, pois, ao aprender é possível ter o controle da própria jornada de aprendizagem, direcionando a motivação para cumprir responsabilidades. Sendo assim, aprender é autorregular o desejo e a ação. Portanto, entende-se a autorregulação da aprendizagem na educação infantil como " um conceito embebido na tradição construtivista que urge a criança a assumir a responsabilidade pelo seu agir educativo, pela sua aprendizagem" (Rosário, *et al.* p,11,2007).

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza da Pesquisa

Este estudo é de natureza mista, pois segundo Gil (2008), esta abordagem combina elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa, visando a coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos em um só estudo. Ademais, buscou-se por meio desta abordagem elencar a precisão numérica da pesquisa quantitativa com a contextualização concedida pela pesquisa qualitativa. Segundo o autor, as abordagens de pesquisa quantitativa pressupõem que tudo pode ser mensurável, ou seja, que informações podem ser geradas a partir de números para classificação e análise, e as abordagens qualitativas buscam a coleta de dados por meio de

observação, relatos, entrevistas e outros métodos que exploram a dinâmica entre o mundo e o sujeito, sem tradução em termos numéricos.

Junto a isto, buscamos uma abordagem de pesquisa exploratória e descritiva, que segundo Gil (2008), é uma etapa importante no processo de pesquisa, pois a pesquisa exploratória auxilia a definição dos problemas específicos e para assim planejar estudos subsequentes, quanto a pesquisa descritiva visa descrever com precisão e características o objeto deste estudo.

Quanto aos procedimentos utilizados para o presente estudo, são de natureza bibliográfica que de acordo com o Gil (2008), envolvem a busca, seleção e análise de fontes de informações, como publicações científicas e acadêmicas, a fim de estabelecer uma base teórica para este estudo e de campo, do tipo levantamento que conforme o autor, este método possibilita o pesquisador a coletar seus dados diretamente do ambiente de seu interesse por meio da interação com pessoas em situações e contextos reais.

2.2 Fontes e Participantes

Fonte bibliográfica: No Projeto Sarilhos do Amarelo (2007), foram levantadas as estratégias de aplicação práticas da autorregulação da aprendizagem na educação infantil.

Participantes: A participante foi uma professora que possui experiência docente na Educação Infantil e que tenha aplicados estratégias que visem a promoção da autorregulação da aprendizagem em alunos da educação infantil. A amostra foi por conveniência considerando o critério da experiência e da disponibilidade.

2.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio do levantamento documental, do projeto Sarilhos do Amarelo (2007), juntamente à pesquisa de campo, por meio de entrevistas abertas, também conhecidas como entrevistas não estruturadas. Conforme Gil (2008), correspondem a uma técnica de coletas de dados na pesquisa, em que as perguntas não são estruturadas rigidamente, sendo possível a realização de uma abordagem mais flexível. Essa abordagem é adequada para pesquisas que visam compreender as perspectivas e opiniões pessoais dos sujeitos, pois essa abordagem permite que o pesquisador não siga um roteiro fixo, permitindo

que o entrevistado responda de maneira mais livre e expansiva, ocasionando a obtenção de informações ricas e contextualizadas, por meio da exploração aprofundada dos tópicos de interesse da pesquisa. Além disso, é importante destacar que durante a pesquisa de campo, foi aplicado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), garantindo a observância dos critérios éticos para a realização deste estudo.

2.4 Análise de Dados

A análise de dados desempenha um papel fundamental na condução deste estudo, uma vez que fornece esclarecimentos valiosos e respostas às questões da pesquisa. Sendo assim, é de suma importância explorar em detalhes a forma que os dados coletados foram processados, organizados e analisados para atingir os objetivos desta pesquisa. No presente Estudo, foram aplicadas duas técnicas da Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

De acordo com Bardin (2016), o termo de análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas analíticas, que visam obter indicadores por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Além disso, possibilitam inferir conhecimentos relacionados à produção e recepção dos conteúdos dessas mensagens, abrangendo variáveis inferidas, as técnicas utilizadas foram análise categorial e frequencial. A análise categorial é uma técnica de pesquisa que tem como principal objetivo possibilitar a inferência de informações por meio do conteúdo, além do mais, nesse processo, os pesquisadores conduzem a codificação do material, aplicando códigos que serão agrupados posteriormente em categorias. Ainda que frequentemente sejam considerados sinônimos, cada um desses termos desempenha um papel essencial para a aplicação dessa técnica. Na análise léxica frequencial, considera-se as ocorrências e co-ocorrências de termos léxicos e seus sentidos (Bardin, 1977).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização da Participante

A participante desta pesquisa é uma professora do sexo feminino, com 37 anos de idade, residente no município de Breves, na Ilha do Marajó. Possui formação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, no campus de Breves, sendo especialista em docência na educação infantil pelo programa de Pós-Graduação em Educação

(PPGED) da mesma universidade, localizado no campus Belém. Além disso, é Mestre em Educação pelo PPGED e está atualmente cursando o doutorado também pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

A participante exerce o cargo de professora na educação infantil, atendendo crianças de 3 a 5 anos de idade desde 2007. Durante esse período, tornou-se professora concursada no município de Breves. A partir de 2016, afastou-se das salas de aula ao ingressar no mestrado. Posteriormente, obteve licença-maternidade e, em seguida, iniciou outra licença ao ser aprovada no doutorado em educação.

3.2 Aplicação de estratégias promotoras da autorregulação da aprendizagem na educação infantil

Nesta seção, serão apresentadas as percepções da participante acerca da aplicação de estratégias autorregulatórias no contexto da educação infantil. Posteriormente, a figura 1 abordará métodos e estratégias para fomentar a autorregulação da aprendizagem em uma turma de educação infantil, conforme observado pela participante.

figura 1: Realização das estratégias promotoras da autorregulação da aprendizagem

Jogos e Brincadeiras realizadas	Descrição das brincadeiras	Reação dos alunos percebida pela professora	Avaliação da professora sobre os efeitos das estratégias na promoção da autorregulação dessas crianças.
Atividade lúdica 1 (jogo) – “Repetindo o modelo”	Os grupos precisaram reproduzir um modelo de desenho, no qual cada membro do grupo participou ativamente.	Notou-se na atividade 1 que 79,2% demonstrou, 5,0% não demonstrou e 15,8% demonstrou parcialmente a capacidade e Planejar, Executar e Avaliar.	A obtenção de resultados acima de 64% nas brincadeiras e jogos destaca de forma significativa o envolvimento dos alunos nos aspectos regulatórios, reforçando a eficácia das atividades na promoção das habilidades de planejamento, execução e avaliação. Essa conquista é notável para o progresso educacional.
Atividade lúdica 2 (jogo) – “Corrida dos obstáculos”	Foram criados três obstáculos: corrida com um só pé, corrida em zigue-zague e corrida de costas. Os grupos planejaram a execução, designando a cada membro um percurso, e organizaram os materiais para as etapas	Notou-se na atividade 2 que 75,0% demonstrou, 2,5% não demonstrou e 22,5% demonstrou parcialmente a capacidade e Planejar, Executar e Avaliar.	
Atividade lúdica 3 (brincadeira) – “Pensar antes”	O que devo fazer antes de (1) mergulhar numa piscina, (2) atravessar a rua (3), as crianças discutiram e, em seguida, brincaram de faz-de-conta, simulando essas situações.”	Notou-se na atividade 3 que 64,2% demonstrou, 5,8% não demonstrou e 30,0% demonstrou parcialmente a capacidade e Planejar, Executar e Avaliar.	
Atividade lúdica 4 (brincadeira)- “Planejando e executando brincadeiras”	Nesta atividade, as crianças escolheram ou criaram brincadeiras, planejaram sua execução considerando o necessário, compartilharam suas propostas e vivenciaram todas as brincadeiras sugeridas.	Notou-se na atividade 4 que 70,8% demonstrou, 4,2% não demonstrou e 25,0% demonstrou parcialmente a capacidade e Planejar, Executar e Avaliar.	

Fonte: **Autora (2023)**

Os dados numéricos em percentuais apresentados na figura, são derivados de pesquisa realizada pela participante em estudo em nível de mestrado. Conforme a Participante (2023), procurou-se, por meio de atividades lúdicas, fomentar a autorregulação da aprendizagem. Contudo, em vez de se limitar a jogos e brincadeiras repetitivas, optou-se por incorporar uma intencionalidade e um propósito final. A primeira instância buscou-se apresentar a teoria para os docentes ali presentes para assim " (...) mostrarmos que através das brincadeiras que já são cotidianas, se é possível, ajudar essa criança a autorregular sua aprendizagem" (Participante, 2023).

Segundo a Participante (2023), foi notório o avanço das crianças mediante as atividades aplicadas, pois por meios dos jogos e brincadeiras foi possível identificar suas potencialidades e fragilidades nos aspectos de planejar, executar e avaliar, tendo em vista também o seu trabalho em grupo, e como eles direcionam as brincadeiras. Notou-se que estimular essas crianças e acima de tudo

[...], se tratando de autorregulação da aprendizagem na educação infantil, é olhar para criança enquanto ser ativo. Enquanto um ser que consegue participar da sua aprendizagem, que consegue contribuir para sua própria aprendizagem. (Participante, 2023).

Sendo assim, visualizar a criança enquanto um ser ativo e capaz de contribuir para o seu processo de autorregulação é essencial. De acordo com a Participante (2023), após a aplicação das atividades, a observação e a análise dos resultados, notou-se que a maioria das crianças conseguiu desenvolver os aspectos regulatórios de planejar, executar e avaliar, e todos apresentaram melhorias nesses quadros. Após a análise dessa pesquisa, concluiu-se que é possível promover a autorregulação na educação infantil, tendo em vista os mecanismos adequados a serem trabalhos, e levando em consideração as especificidades de cada escola e turma, pois

[..] chegamos ao resultado, de que a autorregulação da aprendizagem, se trabalhada com foco na autorregulação fazia alguma diferença na aprendizagem da criança e nós chegamos no resultado da nossa pesquisa aqui, claro, com certeza faz muita diferença. (Participante, 2023).

Ao analisar as considerações da Participante (2023), ressalta-se a importância de inicialmente proporcionar aos professores a oportunidade de incorporar estratégias de planejamento de ensino. Isso os auxiliará a maximizar as habilidades de seus alunos, pois compreender plenamente o conceito de autorregulação da aprendizagem é crucial para os educadores, uma vez que o processo educativo diário implica um contínuo desenvolvimento pessoal, no qual os fundamentos da autorregulação, representados pela capacidade de fazer

escolhas e exercer controle, desempenham um papel crucial, visto que o modelo autorregulatório argumenta que todos nós exercemos algum modo de controle sobre o processo de aprendizagem nas diversas situações enfrentadas diariamente (Rosário, *et al.* 2007).

Além disso, as estratégias propostas às crianças por meio de jogos e brincadeiras, que abordam os aspectos de planejamento, execução e avaliação, são de grande valia, tendo em vista que este processo evidencia a viabilidade de desenvolver a autorregulação da aprendizagem na educação infantil, visto que a principal característica do comportamento auto regulatório é lidar de maneira flexível com problemas e obstáculos, enquanto mantém percepções de eficácia diante de atrasos ou contratempos. (Rosário, *et al.* 2007).

Com isto, acredita-se que quando abordados adequadamente, esses métodos mostraram-se eficazes no fortalecimento dos pontos considerados frágeis nas crianças, conforme destacado anteriormente pela Participante (2023). Sendo assim, considerando esses aspectos, evidencia-se que a autorregulação se mostra como uma abordagem intrínseca à educação pré-escolar, considerando-a não como um destino, mas sim como um ponto de partida. Ela é apreendida como um processo dinâmico e progressivo, cuja capacidade de realização e controle tende a crescer com o desenvolvimento pessoal. (Rosário, *et al.* 2007).

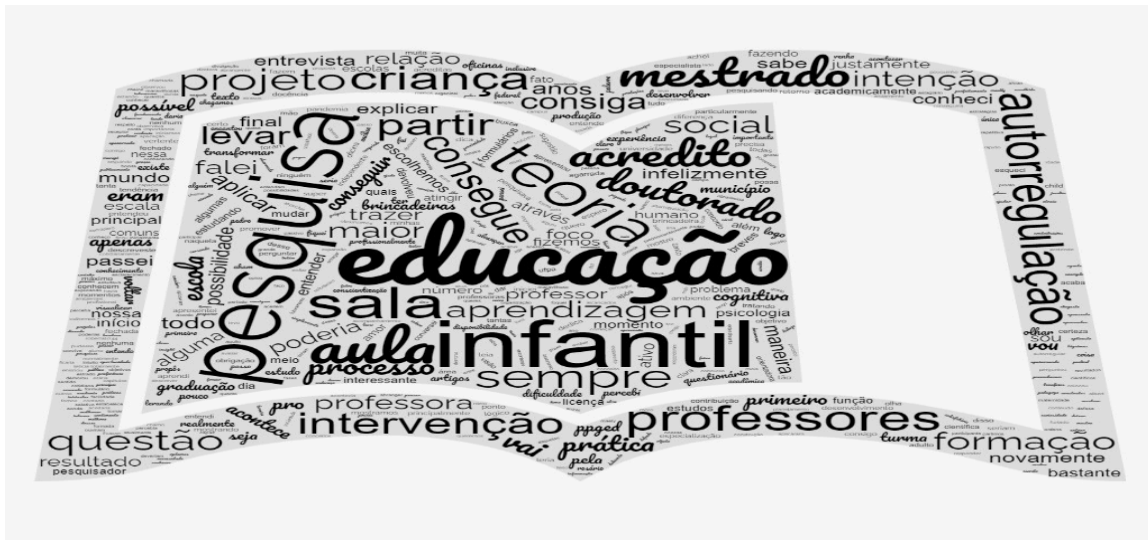
3.3 Análise de Conteúdo

Nesta seção, é apresentada a descrição dos resultados ilustrados na Figura 2. Vale ressaltar que, quanto maior a frequência de uma palavra, mais importante ela se torna no texto produzido a partir da entrevista com a Participante (2023). Isso significa que as palavras mais frequentes são aquelas que foram mais utilizadas pela Participante (2023), ao longo da entrevista, indicando possíveis temas recorrentes ou áreas de interesse particular. A análise da frequência das palavras ajuda a identificar os principais pontos abordados pela Participante, fornecendo insights valiosos para a compreensão de suas percepções e experiências.

Em seguida, a Figura 3 apresentará as cinco palavras mais frequentes encontradas na figura, juntamente com suas respectivas quantidades, a fim de descrever sua importância no corpus textual. Essa análise detalhada das palavras mais frequentes permitirá uma compreensão mais aprofundada do conteúdo da entrevista, destacando os temas centrais e as ênfases da Participante (2023). A identificação dessas palavras-chave pode orientar a

interpretação dos resultados, fornecendo uma base sólida para análises posteriores e contribuindo para uma compreensão mais completa do discurso da Participante.

Figura 2: Nuvem de palavras



Fonte: Autora (2023)

Como pode ser identificado na Figura 2, as palavras com mais frequência são aquelas que se destacam na imagem, entre elas as 10 mais frequentes são: teoria, educação, pesquisa, infantil, aprendizagem, aula, sala, autorregulação, mestrado e professores. Entre as palavras citadas, foram destacadas as 5 mais frequentes, como pode ser visto na Figura 3.

Figura 3: Tabela de frequências

	Palavras	Frequência
1	Teoria	34
2	Educação	28
3	Pesquisa	25
4	Infantil	24
5	Aprendizagem	17

Fonte: Autora (2023)

Com base no corpus textual, a palavra "teoria" aparece 34 vezes. A participante geralmente se refere à Teoria Social Cognitiva de Bandura (1986), destacando sua influência em seu processo de formação, como ela a conheceu e como decidiu utilizá-la em sua pesquisa para que as pessoas não apenas a conheçam, mas também saibam como aplicá-la em um ambiente escolar. A segunda palavra mais frequente é "educação", nota-se que na maioria das vezes a participante fez uso da frase se referindo à educação infantil como seu principal foco de pesquisa, desde sua graduação ao seu doutorado, onde destaca sua satisfação ao conseguir integrar a TSC à Educação Infantil. A terceira palavra mais destacada é "pesquisa". A maioria das vezes em que a palavra foi utilizada, referia-se à pesquisa desenvolvida pela participante em nível de mestrado, a qual a participante descreve sua pesquisa, destacando seus objetivos, dificuldades e resultados encontrados. A quarta palavra é "infantil", frequentemente associada à segunda palavra "educação". A participante usou essa palavra principalmente para se referir à educação infantil. Por fim, a última palavra é "aprendizagem". A participante a utilizou principalmente para se referir à autorregulação da aprendizagem e como a promoção de construtos autorregulatórios podem influenciar a aprendizagem das crianças.

A partir da análise de conteúdo, percebe-se, na fala da participante, que a palavra "teoria" está frequentemente associada à educação. Com isso, nota-se o quanto a TSC tem a contribuir com a educação e com o educando, não apenas para identificar seus mecanismos de aprendizagem, mas também para entender a ação humana e seus comportamentos, a fim de compreender o seu desenvolvimento e aprendizagem. Isso porque a teoria justifica que o indivíduo é formado pelo corpo e mente interdependentes, os quais atuam em conjunto e são introduzidos nos contextos em que os indivíduos vivem e se relacionam (Bandura, 2008).

Segundo Furtado (2018), é indicada a importância da TSC na construção de mecanismos que auxiliem as crianças da educação infantil a desenvolverem aprendizagens significativas. Portanto, é fundamental que os educadores dominem o conceito de autorregulação, já que desempenham um papel crucial no desenvolvimento pessoal das crianças por meio de seu trabalho educativo. Cabe aos educadores analisarem seus contextos educacionais e as estratégias de aprendizagem dos alunos para estabelecer abordagens adaptadas, promovendo atividades de aprendizagem significativas (Rosário, *et al*, 2007).

Ressalta-se que os processos promotores de uma aprendizagem autorregulada “Não são técnicas avulsas com selo pedagógico que se apliquem a uma determinada atividade, mas

sim uma lógica que deve perpassar todas as atividades desenvolvidas em sala de aula ou de estar” (Rosário,*et al*, 2007, p.54).

Com isso, entende-se que esses processos não são apenas mais um conteúdo a ser trabalhado na grade curricular, mas sim uma proposta que deve ser articulada e aplicada em diferentes atividades, sejam elas escolares ou não. Pois podem ser trabalhados por profissionais e até mesmo familiares que buscam desenvolver na criança a autonomia e a reflexão (Rosário,*et al*, 2007).

Partindo da Teoria Social Cognitiva, é possível compreender que a autorregulação da aprendizagem proporciona meios para que o aluno construa e estabeleça mecanismos para uma aprendizagem consolidada. Pois é possível que, para atingir suas metas e objetivos, todos sejam capazes de condicionar comportamentos autorregulatórios de acordo com seu contexto de aprendizagem, tornando assim todos os alunos capazes de regular seus processos de aprendizagem. (Rosário,*et al*, 2007)

A autorregulação da aprendizagem na educação infantil, contribui para melhor compreensão das diferenças, não somente por destacar o papel ativo da criança, mas também por ponderar o papel do meio, onde o indivíduo é visto como agente de sua aprendizagem, sendo capaz de desenvolver suas competências necessárias. No entanto, para que seja efetiva, é necessário disponibilizar ambientes de aprendizagem que permitam à criança desenvolver competências efetivas de autorregulação (Furtado, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou a construção de mecanismos para promover a autorregulação da aprendizagem em crianças na educação infantil. O objetivo da pesquisa foi alcançado ao analisar atividades que possibilitaram essa construção, tendo o professor como mediador. O instrumento utilizado para a coleta de dados permitiu verificar a percepção de que as atividades trabalhadas em sala podem ser direcionadas para a promoção da autorregulação da aprendizagem, uma vez que passem a ter um propósito final. Essas promoções têm um impacto positivo na vida das crianças, auxiliando-as a desenvolver atividades e aprendizagens de forma significativa. Ao introduzir a autorregulação da aprendizagem desde a primeira etapa, a criança é condicionada a ser um ser autônomo em sua forma de aprender, construindo assim a capacidade de planejar, executar e avaliar tarefas futuras, que a auxiliarão a desempenhar responsabilidades em seu progresso acadêmico.

A aplicação da entrevista aberta foi de suma importância para a obtenção dos dados, assim como a participação da professora. Esta pesquisa é importante para ampliar a compreensão da autorregulação da aprendizagem e sua aplicabilidade na educação infantil, pois além de demonstrar teorias, apresenta resultados positivos sobre sua aplicação. Em pesquisas futuras, pode-se aprofundar a compreensão da autorregulação da aprendizagem na educação infantil, explorando como diferentes abordagens educacionais impactam essa habilidade em crianças pré-escolares, oferecendo insights sobre as práticas mais eficazes para promovê-la. Além disso, uma abordagem multidisciplinar poderia integrar teorias e métodos de várias disciplinas para obter uma compreensão mais ampla da autorregulação, considerando aspectos comportamentais, cognitivos e neurais.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDURA, A. *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.
- Bandura, A. (1991). Social Cognitive Theory of Self-regulation. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2), 248-287.
- Bandura, A. (2008). *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*/Albert Bandura, Roberta Gurgel Azzi, Soely Polidoro. Porto Alegre: Artmed.
- BANDURA, A. *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: W. H. Freeman, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Edições 70 Ltda. Lisboa Portugal, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em; 05 Jul. 2023.
- Bronson, M. (2000). *Self-regulation in early childhood: nature and nurture*. NY: Guildford Pre.
- FURTADO, Maria Roberta Miranda. *Brincadeiras, jogos e a autorregulação da aprendizagem na educação infantil: um estudo de intervenção*. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2018. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10158>>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- KISHIMOTO, T.M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 6. ed. São Paulo: CORTEZ, 1994.
- OLIVEIRA, Z. R. **de. Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).
- ROSÁRIO, Pedro. **Estudar o estudar: As (Des) venturas do Testas**. Porto: Porto Editora, 2004.
- Rosário, P., Núñez, J. C, & González-Pienda, J. (2006). **Comprometer-se com o Estudar na Universidade: Cartas do Gervásio ao Seu Umbigo**. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- ROSÁRIO, Pedro Sales Luís et al. *Sarilhos do amarelo*. Porto: Porto editora, 2007.
- ROSÁRIO, Pedro et al. *De pequenino é que auto-regula o destino*. 2007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. 2021.

SCHUNK, Dale H.; ZIMMERMAN, Barry J. (Org.). *Motivação e Aprendizagem Autorregulada: Teoria, Pesquisa e Aplicações*. Routledge, 2008.

Zimmerman, B. J. (2013). From cognitive modeling to self-regulation: A social cognitive carrier path. *Educational Psychologist*, 48(3), 135-147.

ZIMMERMAN, B. J.; SCHUNK, D. H. *Handbook of Self-Regulation of Learning and Performance*. New York: Routledge, 2011.

ZIMMERMAN, Barry J.; RISEMBERG, Rafael. Tornando-se um escritor autorregulado: uma perspectiva sociocognitiva. **Psicologia educacional contemporânea**, v. 22, n. 1, pág. 73-101, 1997.

6 ANEXOS

6.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto: _____

Caro participante,

Estamos convidando você a participar da pesquisa intitulada

“

—

”

realizada pelo _____,
da Universidade Federal do Pará. A pesquisa em questão tem como objetivo

Sua participação é voluntária, ou seja, você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Caso decida aceitar o convite, você passará por momentos de preenchimento de

_____, com duração, em média de _____ minutos. Além disso, informamos que o tempo estimado para realização da pesquisa é de _____ meses, sendo que o tempo de sua participação é restrito ao período de aplicação dos instrumentos.

Há riscos de você se sentir fragilizado(a) por estar relatando as suas dificuldades. Portanto, caso necessário, você pode ser encaminhado(a) ao serviço de Psicologia da Clínica-Escola da UFPA. Não haverá **benefícios** diretos para você. Entretanto, esperamos que a pesquisa forneça dados importantes sobre

_____. Todas as informações obtidas serão **sigilosas** e seus nomes não serão identificados em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes. Se houver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma cópia deste Termo. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode contatar os pesquisadores envolvidos neste estudo pelos telefones

_____. Convido você a tomar parte da pesquisa apresentada. Ressalto que em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper sua participação sem qualquer problema ou retaliação, solicita-se apenas que seja avisada sua desistência.

Coordenador da Pesquisa: _____ (nome e contato)

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente, consentindo que as entrevistas sejam registradas e os dados utilizados para análise e discussões científicas.

Belém, ____/____/____

Assinatura do(a) Participante

6.1 Roteiro

Leticia Ferreira Cardoso

ROTEIRO

ENTREVISTA ABERTA

Pesquisa acerca da Autorregulação da Aprendizagem na Educação Infantil

1 Etapa; Identificação.

Nome;

Endereço;

Idade;

Sexo;

Formação Acadêmica;

Formação Profissional;

Quanto tempo de trabalho docente;

2 Etapa; Conhecimento Teórico.

Como conheceu a teoria social cognitiva;

Qual a relação do entrevistado com a TSC;

Como se dá o seu trabalho a partir da TSC, academicamente e profissionalmente;

3 Etapa; Aplicação da Autorregulação.

Descrever sua experiência ao aplicar autorregulação na educação infantil;

Como foi o planejamento e organização do entrevistado para aplicação da autorregulação;

Como sucedeu as atividades aplicadas;

Quais dificuldades e facilidades foram identificadas;

Sugestões do entrevistado após a sua experiência ao aplicar a autorregulação;

O entrevistado acredita que essa sua experiência mudou ou pode mudar as práticas dos professores e a aprendizagem das crianças na educação infantil, se sim, em quais aspectos;



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC Nº 2/2024 - ICED (11.32)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/04/2024 09:56)

MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ICED (11.32)

Matrícula: ###442#6

(Assinado digitalmente em 03/04/2024 13:23)

LETICIA FERREIRA CARDOSO

DISCENTE

Matrícula: 2020#####4

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2024, tipo:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC, data de emissão: 03/04/2024 e o código de verificação:

3e49c592f7